

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR: AS OPORTUNIDADES DO LUCRATIVO MERCADO EDUCACIONAL

EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE PANDEMIA Y FORTALECIMIENTOS DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: LAS OPORTUNIDADES DEL LUCRATIVO MERCADO EDUCATIVO

EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC AND STRENGTHENING OF DISTANCE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION: THE OPPORTUNITIES OF THE LUCRATIVE EDUCATIONAL MARKET

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43565>

Luciane da Silva Nascimento¹

Andreia Gomes da Cruz²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os dados sobre a expansão Educação a Distância (EAD) nos cursos de graduação, com ênfase nas licenciaturas. Entende-se que o debate acerca da formação de intelectuais organizadores da cultura está cada vez mais disputado pelas bases econômicas e seus aparelhos privados de hegemonia. No atual cenário de pandemia, observa-se o avanço de propostas educacionais que seguem a tendência de massificação da EAD. No entanto, cabe destacar que a acentuação desse modelo se deu mesmo antes da pandemia, quando houve um crescimento robusto das modalidades de EAD nos cursos de licenciaturas (públicas e privadas) pelo país.

Palavras-chave: Educação Superior; Educação a Distância; Financeirização da educação; Pandemia; Formação de professores.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los datos sobre la expansión del Educación a Distancia (EAD) en los cursos de graduación, con énfasis en las licenciaturas. Entendemos que el debate sobre la formación de intelectuales organizadores de la cultura está cada vez más disputado por las bases económicas y sus aparatos privados de hegemonía. En el actual escenario de pandemia hemos observado el avance de propuestas educativas que siguen la tendencia de masificación de la Educación a Distancia. Tendencia que se acentúa incluso antes de la pandemia, cuando observamos un fuerte crecimiento de las modalidades de EAD en los cursos de licenciaturas (públicas y privadas) por el país.

Palabras clave: Educación Superior; Educación a Distancia; Financiarización de la educación; Pandemia; Formación de profesores

Abstract: This article aims to analyze data on Distance Education expansion in undergraduate courses, with emphasis on teacher education. It is understood that the debate about the formation of intellectuals organizers of culture is increasingly disputed by the economic bases and their private apparatus of hegemony. In the current pandemic scenario, we observe the advance of educational proposals that follow the trend of Distance Education massification. This trend was accentuated even before the pandemic when there was a robust growth of Distance Education modalities in teacher education (public and private) across the country.

Keywords: Higher Education; Distance education; Financialization of education; Pandemic; Teacher training

Introdução

Nos últimos 30 anos, o Brasil tem vivenciado o adensamento de reformas estruturais no aparelho de Estado, conduzido pelo ideário neoliberal. As reformas ultraliberais na educação têm sido guiadas duplamente pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias, como explica Laval (2004, p. 3):

Uma dupla transformação tende a redefinir a articulação da escola e da economia em um sentido radicalmente utilitarista: por um lado, a concorrência desenvolvida no seio do espaço econômico tornado mundial, por outro lado, o papel cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e na venda de bens e serviços. As organizações internacionais de ideologia liberal, acompanhadas pela maior parte dos governos de países desenvolvidos, que propulsionam essa concepção de escola, fizeram da competitividade o axioma dominante dos sistemas educativos.

Essa competitividade econômica que influencia diretamente na competitividade dos sistemas educativos será pauta insistente nos últimos relatórios dos organismos internacionais voltados para a educação. Motta (2012) evidencia como o Banco Mundial e a Unesco trabalharam a questão social direcionando a educação à perspectiva de subordinação da economia capitalista. Nesse sentido, considerou o atual grau de superexploração das forças produtivas nos países de capitalismo dependente, observando os impactos da descomplexificação das cadeias produtivas e como esse processo incidiu diretamente nos projetos educacionais que serão, cada vez mais, orientados para a formação de capital humano, com vistas à inserção subalterna no mundo do trabalho. Essas formas arcaicas e brutais de venda de força de trabalho dos despossuídos estão circunscritas em uma forma específica de capitalismo, dependente, que tem legitimado essa superexploração do trabalho por meio de sucessivas alterações das leis trabalhistas e de previdência. Tais reformas são conduzidas pelas frações burguesas locais, que seguem submissas às frações burguesas externas e suas demandas, ou seja, são parceiras das frações internacionais, àquelas parasitas do capital-imperialismo (FONTES, 2010).

No ano de 2020, uma pandemia global alterou a vida em escala planetária. Em janeiro de 2021, somamos a perda de mais de 2 milhões de vidas e contabilizamos mais de 100 milhões de pessoas contaminadas (OPAS/OMS no Brasil) pelo vírus SARS COV-2 (Covid-19). A pandemia abalou as economias globais, colocando à centralidade uma disputa desleal pela distribuição de vacinas. De um lado, as nações ricas, investindo capital em pesquisa e desenvolvimento pelas vacinas, mantendo praticamente o monopólio de suas produções, de outro, as economias dependentes, lutando para comprar vacinas, insumos e reduzir os impactos econômicos causados pela pandemia.

Durante a pandemia, a necessidade do fechamento das escolas ao redor do planeta fez avançar as propostas de ensino remoto, viabilizadas pelas tecnologias da informação e comunicação. No caso brasileiro, a operacionalização do ensino remoto aprofundou as desigualdades educacionais há muito existentes. Em uma série de reportagens do jornal O Globo (2020), constatou-se que 60% dos estados que

monitoram o acesso ao ensino remoto evidenciaram um apagão do ensino público durante a pandemia. Isso significa que 15 dos 25 estados que implantaram o ensino remoto destacaram que a modalidade não tem funcionado. De acordo com o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX, 2020), esse *apartheid* educacional dos estudantes da classe trabalhadora brasileira tem aprofundado o darwinismo social.

Nesse contexto, observamos o avanço de propostas educacionais que seguem a tendência de massificação da EAD e do ensino híbrido. Mesmo antes da pandemia, já observávamos um crescimento robusto das modalidades de EAD nos cursos de licenciaturas (públicas e privadas) pelo país, conforme analisado por Evangelista *et al* (2019). Ao apresentarem as séries históricas sobre o crescimento dessa modalidade de ensino, os autores evidenciam um redirecionamento da formação docente brasileira, seguindo a lógica utilitarista de formação a baixo custo para uma docência sem autonomia pedagógica:

Processos presenciais de formação foram substituídos por mecanismos de Educação a Distância, além da parafernália tecnológica alardeada como “ajuda” ao docente, tendo em vista deixá-lo “livre” do trabalho de planejar e selecionar os conhecimentos que vitalizariam a relação ensino-aprendizagem. Trata-se, de fato, de um minucioso controle do fazer docente que pretende retirar do seu ser o que o caracteriza como tal: possibilitar a apropriação do conhecimento científico, filosófico, artístico por aqueles que têm nas mãos as chaves de um futuro que, esperamos, chegará algum dia. (EVANGELISTA *et al*, 2019, p. XX).

Com o apoio dos organismos internacionais, essa tendência de formação via EAD parece ter encontrado na pandemia a alavanca que faltava para o aceleração de sua consolidação. Sabendo que o debate acerca da formação de intelectuais organizadores da cultura está cada vez mais disputado pelas bases econômicas e seus aparelhos privados de hegemonia nacionais e internacionais, vimos em 2020 um ataque sistemático ao caráter público da educação brasileira, influenciando decisivamente o processo de financeirização da educação superior, cujo *modus operandi* tem corroborado no aumento da precarização/superexploração do trabalho docente. Buscamos compreender a materialidade desse processo em curso no momento em que o papel econômico da educação segue essa tendência de pauperização da formação humana com forte viés utilitarista de educação.

Notas teórico-metodológicas

Nesta seção iremos discutir algumas categorias importantes para a compreensão de uma educação superior que, paulatinamente, tem assumido um viés de serviço, com características organizativas, metodológicas e pedagógicas de um *ethos* privado mercantil. Assim, essas categorias corroboram para a compreensão de algumas políticas educacionais implementadas em nosso país, como a Educação a Distância (EAD), enquanto modalidade de ensino, e o Ensino Remoto Emergencial (ERE). A Educação a Distância no Brasil tem seu marco legislador com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando em seu artigo 80 insere a EAD no sistema educacional, permitindo a proposição de educação a distância em todos os níveis e modalidades.

Com essa nova possibilidade de oferecimento de ensino, observou-se uma oferta desenfreada dessa modalidade por instituições privadas.

Além disso, o Art. 1º do Decreto nº 9.057/2017 destaca algumas exigências para a viabilização dessa modalidade educacional:

[...] a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Em contraponto a essa perspectiva, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade alternativa que imerge em virtude do cenário pandêmico como alternativa de continuidade das atividades acadêmicas tanto na educação básica quanto no ensino superior, ou seja:

[...] sua finalidade é garantir a oportunidade e continuidade das atividades acadêmicas em um momento de impossibilidade da realização de atividades acadêmicas presenciais. Ele está sendo proposto principalmente para os alunos concluintes de cursos e tem seu alcance limitado, restrito somente enquanto perdurar o problema de saúde pública do coronavírus, com período de vigência transitória. (ENSINO REMOTO – Por onde começar? 2020, p. 2).

Ainda sobre o ensino remoto, a Portaria nº 343/2020 é a legislação que regula de forma provisória a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. Além disso, o ensino superior conta com a autonomia universitária que permite que cada universidade pública estabeleça sua compreensão sobre o que seria o ensino remoto, conforme a seguir:

Parágrafo único: Define-se como ensino remoto emergencial uma alteração temporária da forma de oferta de aulas devido a circunstâncias de crise. Essa modalidade envolve o uso de soluções remotas para processos educativos que, em condições normais, seriam oferecidos de forma presencial e que retornarão à modalidade presencial assim que a crise for superada. O dimensionamento das turmas deve manter os mesmos padrões do ensino presencial e a interação direta professor-aluno necessária para assegurar a qualidade do processo de aprendizagem deve ser assegurada pelos meios de comunicação considerados mais adequados pelo docente e pelo colegiado do programa em cada caso. (UFRRJ - Deliberação nº 40 de 09 de julho de 2020).

Outro elemento diferencial entre ERE e EAD, é que na modalidade a distância as disciplinas são planejadas e elaboradas com apoio de profissionais de design instrucional e de uma coordenação pedagógica que oferece suporte acadêmico aos professores na confecção dos materiais didáticos que são reproduzidos em outras mídias. No ERE, os docentes não contam com ‘suporte pedagógico’ ou ‘técnico’, pois precisam atuar de forma mais autônoma, aprendendo a utilizar sozinhos as ferramentas digitais e plataformas, como Google Classroom, Microsoft Team, bem como outros recursos que porventura se façam necessários, tal qual a edição de vídeos para continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, com base na experiência que a pandemia tem nos possibilitado, fica evidenciado que não basta, para que o processo de aprendizagem tenha continuidade e ocorra efetivamente, apenas transpor uma disciplina presencial para o formato remoto. É necessário que se mobilize toda uma

estrutura acadêmica, pedagógica e tecnológica para haja a concretização do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Assim, compreendemos que a expansão dos cursos na modalidade a distância no Brasil está sendo fundamental para empresas educacionais e tecnológicas, uma vez que [...] o ensino a distância [...] é particularmente útil [...] para assegurar um ensino e uma formação rentáveis [...] o ensino a distância permite, então, renovar o “capital humano” necessário, transmitindo os “conhecimentos úteis” graças ao impulso do teletrabalho (LAVAL, 2004, p. 127).

Nesse sentido, compreendemos que a Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1962), na atualidade, introduziu novos elementos em decorrência das mudanças políticas e econômicas ocorridas em escala global, uma vez que a TCH passa por um processo de refuncionalização e se adapta à busca da produtividade na educação:

Num contexto de reestruturação produtiva, de produção flexível e crescimento da competitividade internacional, a TCH ressurgiu das cinzas, só que desta vez vem acompanhada de todo o substrato que dá sustentação à acumulação flexível, bem como das recomendações de eficiência e produtividade presentes no referencial neoliberal. (AGUIAR, 2010, p. 139).

Dessa forma, a produtividade na educação ganha centralidade na chamada sociedade do conhecimento, que vai alterar as relações do mundo do trabalho em decorrência da lógica neoliberal e da economia globalizada. Nesse contexto, entendemos que o setor produtivo vem promovendo a expansão da educação e do conhecimento em decorrência de uma visão mercadológica. Assim, dentro deste novo paradigma, novas possibilidades de educação têm sido adotadas, como a formação a distância que contribuiria para uma formação flexível e diferenciada.

Esses novos formatos de educação compostos pela progressiva massificação da EaD, pela introdução do ensino remoto emergencial e pelos novos formatos híbridos, que conjugam esses dois modelos anteriores com o ensino presencial já existente, adentram as escolas e universidades reiterando a lógica mercadológica que rege a educação na atualidade, colocando-nos, portanto, à frente de outra importante categoria: o utilitarismo, que, segundo Laval (2004), se consolida com a lógica do mercado adentrando a escola através da grande onda neoliberal. O autor analisa que existe um consenso político em torno dos grandes princípios do liberalismo econômico, os quais perpassam a onipresença da interpretação utilitarista da educação nos organismos internacionais que buscam consolidar uma nova ordem educativa liberal. Ou seja, é a tentativa voraz de garantir uma materialidade educativa que faça das escolas/universidades espaços a serviço da economia – fenômeno este organicamente atrelado a uma releitura da Teoria do Capital Humano.

Para Laval (2004), a constituição de um “mercado mundial de educação” tem sua entrada principal no ensino superior e, sobretudo, consolida-se por meio das matérias mais correlatas das atividades econômicas, voltadas à concorrência mundial, cujos códigos são considerados mais universais (administração e tecnologia) que abriram tais fronteiras. Para o autor:

Já existe um verdadeiro mercado internacional de formação em gestão que promove a concorrência entre os grandes países industriais e que impõem uma uniformização das formas e dos conteúdos dos estudos. Esses tipos de formação são, além disso, refúgios eficazes do novo pensamento gerencial, no conjunto das elites dirigentes há uma vintena de anos, inclusive na função pública (LAVAL, 2004, p. 116-117).

Essa tendência à mundialização dos serviços e à expansão dos fluxos transnacionais de capitais e de “recursos humanos”, segundo o autor, produz crescente lograda à comercialização dos serviços educativos. É nesse sentido que o papel de uma educação mais utilitarista nas escolas e universidades, focada na formação estritamente da força de trabalho, a serviço da reprodução capitalista, será sistematizada vis-à-vis por dentro dos recentes relatórios da OMC, OCDE, Banco Mundial e UNESCO. Essas produções avançam com as proposições sobre a organização das instituições educativas e as formas de materialidade necessárias para operacionalizar por dentro a lógica formativa que compreende as “mercadorias educativas”. Obviamente, aquelas áreas do conhecimento mais universais supracitadas servirão de modelo para as áreas menos lucrativas da educação, tais como: ciências humanas, ciências sociais, entre outras consideradas muito endógenas. A ideia é ajustar as arcaicas redes locais de ensino pelo mundo a um sistema de mundialização econômica que as tornará mais competitivas, transnacionais, úteis ao desenvolvimento capitalista. O mercado das novas tecnologias foi focal para a consolidação desse pensamento. É justamente nesse cenário que ganha força a tendência à desescolarização e ao *home schooling*. O protagonismo da formação humana vai sendo progressivamente retirado das escolas, para ganhar formas mais flexíveis de ensino, viabilizadas pelas novas tecnologias informacionais.

Para Laval (2004), o utilitarismo é justamente esse movimento de adequação da escola (dos níveis e modalidades da educação em geral) à utilidade e centralidade da economia. Esse processo se consolida de forma operativa por meio da reorganização dos currículos em escala mundial, adequando-os aos modelos de competências, padronizando os métodos e conteúdos para o novo “gerenciamento” das escolas, bem como objetivando a “profissionalização” dos professores. Propõe-se a introdução da gestão pautada nos resultados (gestão escolar gerencialista), assim como reformas que sejam orientadas aos objetivos da competitividade hegemônica e inquestionável. Ou seja, é a vinculação progressiva da educação a um papel econômico do saber direcionado ao mercado.

O utilitarismo reitera a lógica de uma globalização econômica que seria importante para o estabelecimento de relações competitivas e mais “justas” entre os países capitalistas. Entretanto, desconsidera as relações desiguais que se estabelecem entre as economias ricas e os países de capitalismo dependente. Para compreendermos os impactos que essa integração em nome de um capitalismo globalizado proporciona aos países mais pobres, apelamos à outra categoria central para a nossa análise: o capitalismo dependente e seus impactos mais específicos no campo educacional.

Nesse sentido, recorreremos ao conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes (2009), que procurou analisar o capitalismo no Brasil e seu processo de integração à economia internacional, destacando que a inserção subordinada não deve ser compreendida pelo prisma [...] “de uma imposição de fora”, mas articulada aos próprios interesses da burguesia em reproduzir, internamente, as relações de dominação ideológica e exploração econômica” (LIMA, 2017, p. 97). Ademais, este conceito é

importante na análise das especificidades do ensino superior brasileiro porque se relaciona com etapa educacional.

Cabe frisar que o ensino superior brasileiro tem como característica a transplantação de modelos universitários europeus e de conhecimentos, além disso, nossas instituições foram construídas em decorrência da conglomeração de escolas superiores existentes – as chamadas “universidades conglomeradas”.

O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. [...] promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida (FERNANDES, 1975b, pp. 62-65).

Mesmo nascendo na modernidade, a universidade brasileira não conseguiu romper com os processos de dependência econômica e cultural em relação ao exterior, mas se caracterizou pelo seu caráter elitista do ensino superior, pois não promoveu um acesso igualitário às classes subalternizadas da sociedade. Assim, com o avanço do processo de modernização em virtude da urbanização e industrialização, o ensino superior será cada vez mais demandado, pois emergem novas necessidades que precisam ser respondidas pelo ensino superior.

Com isso, o ensino superior brasileiro passará por um processo de crescimento de estabelecimento de instituições dedicadas à educação superior, no período de 1930 a 1960 teremos 338 instituições. Entretanto, isso não significou o rompimento com a dependência, uma vez que,

[...] o ensino superior apenas teve suas bases reelaboradas, tendo em vista que a situação de dependência no país não foi eliminada, mas apenas foi redefinida. Assim, a universidade sofre os efeitos de uma revolução burguesa assentada no desenvolvimento dependente e não pôde ser explorada na mesma direção e maneira que as sociedades hegemônicas, estando sobremaneira fadada ao recebimento ou à cópia das inovações dos países hegemônicos. (COSTA, 2018, p. 37).

Diante deste quadro Fernandes (1975a, p.108-109) destaca que:

O padrão brasileiro de escola superior nunca deitou raízes em concepções, processos ou valores educacionais que foram vitais para a revolução do mundo moderno, na Europa ou nos Estados Unidos. Ao contrário, ele se prendia a uma composição de resíduos educacionais ou institucionais arcaicos com interesses estamentais ou de classes, que só poderia ter algum sentido dinâmico no contexto histórico da formação do capitalismo dependente no Brasil. Não só estava montado para servir às relações de dependência; dava suporte a uma orientação tipicamente conservadora, que esvaziava a contribuição das escolas superiores para a transplantação cultural de significado histórico mais ou menos perturbado.

Essa dependência também se fez presente durante a implementação da ditadura empresarial militar, em virtude do agravamento da crise do sistema capitalista mundial pós 1973. Florestan (1975) expõe que o processo de contrarrevolução preventiva de 1964 teve por objetivo derrubar as mobilizações sociais ante um temor da guerra fria versus o eixo capitalismo x comunismo. Dessa forma, esse conjunto de elementos relacionados à constituição do capitalismo no Brasil, em forma dependente, é relevante para a formação de uma agenda em defesa aos direitos, como a educação, uma vez que se relacionam com uma

economia de mercado capitalista que não tem autossuficiência, expressando, no máximo, uma autonomia limitada.

Em paralelo, teremos a luta pela redemocratização da sociedade brasileira, na qual as disputas são expressas em dois polos: de um lado o Estado autoritário, do outro a sociedade civil, democrática e engajada. Dentro desse cenário, o neoliberalismo adentra o panorama brasileiro e ganha força. Conforme pontuou Leher (2005), o público enfrentava uma crise de legitimidade, contrapondo-se a uma sociedade civil compreendida como espaço de liberdade e de democracia. Ou seja, a positividade do privado e a negatividade do público são elementos fundamentais para a compreensão do neoliberalismo em nosso país, no qual: “os efeitos concretos desses deslocamentos e ressignificações entre o público e o privado recaíram violentamente contra a educação pública, que se encontra brutalmente degradada na maior parte do país” (LEHER, 2005, p. 2).

Os anos de 1990 marcam uma série de reformas implementadas pelo Estado brasileiro, em concordância com as diretrizes neoliberais advindas dos organismos internacionais. Nesse contexto, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) será o responsável por colocar em prática as principais reformas estruturais do Aparelho do Estado Brasileiro na retomada do desenvolvimento e da inserção do Brasil na nova etapa competitiva do capitalismo transnacional e globalizado. E, nesse cenário, o ensino superior brasileiro passa por uma nova expansão que gerou inúmeros impactos, como o aumento das matrículas, o crescimento das instituições de educação superior privada, a incorporação da educação a distância à LDB, e ainda refletiu na necessidade de as universidades assumirem um novo papel.

As reformulações na educação superior prosseguiram e se intensificaram no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em virtude [...] de um “processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital” (LIMA, s/a, p. 9). Nesse sentido, uma série de iniciativas entra em curso, como: Programa Universidade para Todos/PROUNI (Lei nº 11.096/05); o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES (Lei nº 10.861/04); o Decreto nº 5.205/04, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio, viabilizando, a partir da proposta de um Anteprojeto de Lei da Educação Superior, à captação de recursos privados para financiar as atividades do ensino público.

Além de articularmos as mudanças da educação superior brasileira às orientações dos organismos internacionais, este processo deve ser analisado também pela ótica do projeto político econômico, uma vez que nossa política tem optado pelo deslocamento de recursos para pagamento da dívida externa e interna. Nesse sentido, entendemos que o conceito de capitalismo dependente nos auxilia a compreender que as reformulações engendradas na educação superior no governo Lula aprofundam o padrão dependente superior de nosso país, ou seja, produzindo o que Florestan irá chamar de “neocolonialismo educacional”.

Nesse sentido, concordamos com Fernandes quando este afirma que a educação superior é produto “de uma sociedade que se adaptou, estrutural e historicamente, a uma situação de dependência cultural imposta de fora para dentro. Os interesses e os valores sociais que orientaram o apontado

crescimento institucional do ensino superior nasciam dessa situação de dependência, mobilizando a expansão do ensino na direção da continuidade da dependência educacional e cultural.” (FERNANDES, 1975a, p. 104/105).

Essa integração da economia brasileira a um capitalismo financeirizado, cujo modelo de organização dos estados e das políticas educacionais segue a lógica da dependência econômica e do neocolonialismo educacional, tem repercutido em impactos nocivos para os trabalhadores da educação, principalmente quando analisamos o processo de intensificação da educação à distância e da introdução dos modelos híbridos de ensino. Precisamos lembrar que o sobretrabalho, cujos profissionais das universidades privadas mercantis estão expostos, e que, agora, durante a pandemia, está chegando com voracidade às universidades públicas por meio das atividades remotas emergenciais, não é um fenômeno recente.

A intensificação da jornada de trabalho sempre esteve presente no capitalismo e segue firme na atual fase de acumulação. No *Capital*, Marx analisa a manipulação do tempo e da temporalidade como traços fundamentais do capitalismo, sendo a extração do tempo de trabalho excedente uma forma fundamental para a manutenção de uma sociedade de classes. Segundo Marx, o tempo não é simplesmente dado; ele é socialmente construído e está continuamente sujeito a reconstruções. Essa questão torna-se fundamental quando observamos as atuais formas de superexploração da sociedade do trabalho uberizado, com leis trabalhistas flexíveis e, principalmente, quando observamos a intensificação da jornada de trabalho dos profissionais da educação superior.

A conversão do mais-trabalho em mais-valor tem acontecido objetivamente nas universidades privadas mercantis com a reversão da força de trabalho do ensino presencial para a modalidade EaD. Esse movimento se dá por meio da redução da força de trabalho e do conseqüente aumento da jornada desses profissionais, que passam a acumular funções e, apesar disso, seguem ganhando o mesmo valor. Harvey (2013, p. 139) destaca que: “No capitalismo, porém, o mais-trabalho é convertido em mais-valor; assim a produção de um mais-produto é um meio de o capitalista obter mais-valor. Isso fornece qualidades particulares à exploração capitalista: porque a acumulação de valor na forma dinheiro, como vimos, é ilimitada”. Essa é a síntese perfeita para a compreensão da exploração do trabalho docente no atual processo de financeirização da educação superior.

Ao analisar a jornada de trabalho inglesa do século XIX, Marx observou nos relatórios dos inspetores de fábricas o tempo de trabalho absurdo em que os operários eram submetidos, tendo a saúde destruída nos diferentes ramos da crescente indústria do período. Obviamente, a regulação da jornada de trabalho freou temporariamente essa superexploração. Entretanto vale ressaltar que essa não foi uma benesse do Estado capitalista, mas um produto das lutas de classe empreendidas no período. Obviamente, o capitalismo não deixou de lado a sua voracidade em extrair a mais-valia da força de trabalho quanto à temporalidade e a espacialidade. A empreitada neoliberal retomou essa possibilidade de ampliação do lucro, mas agora através de nova espacialidade e temporalidade, viabilizadas pelas mídias informacionais e comunicacionais, cuja intensificação do trabalho ressurgiu velada pelos discursos sedutores de um tempo

flexível, “organizado pelo trabalhador” que teria mais autonomia. Entretanto, a lógica segue a mesma dos tempos de Marx:

É evidente que o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital [isto é, produção de mais-valor]. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo [...] é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e o incorpora, sempre que possível, ao processo de produção. (MARX, 2013, p. 337)

Essa usurpação do tempo de trabalho visando o aumento da mais-valia está se intensificando para os profissionais da educação através do fortalecimento da EaD, do ensino remoto emergencial, e a pandemia se transformou para os grandes grupos que controlam os fundos da educação superior privada em oportunidade para a produção de um novo senso comum em torno da legitimação dessas modalidades utilitaristas de educação no nosso país de capitalismo dependente. Adiante veremos esse movimento a partir do fortalecimento da EaD durante a pandemia da Covid-19.

Fortalecimento da EAD no ensino superior na pandemia

Moura e Cruz (2020) entendem que um dos principais desafios enfrentados por nós, seres humanos, é a questão da difusão sem precedentes do novo coronavírus, que está afetando, de maneira desigual, os países da periferia e do centro do capitalismo. A doença exige principalmente um isolamento social, em que afetos, abraços e contatos físicos são negados a amigos e familiares, impondo assim uma nova forma de nos relacionarmos.

Outro impacto da doença é a forma como ela ressignificou as relações no mundo do trabalho, uma vez que atividades, antes exercidas de forma presencial, passaram a ser executadas em *home office*. No âmbito da educação, seus efeitos não deixaram de ser sentidos, já que, em termos globais, 80% dos estudantes (total de 1,3 bilhão) estão sem frequentar as aulas (UOL, 2020).

No caso brasileiro, as aulas presenciais foram suspensas tanto na educação básica como na educação universitária; as secretarias estaduais e municipais, apoiadas pelo Movimento Todos pela Educação, propuseram a adoção de aulas remotas on-line para continuidade do período letivo como uma estratégia de mitigar os efeitos da pandemia (MOURA; CRUZ, 2020). Em relação às universidades, a Portaria nº 343/2020 orientou a substituição das aulas presenciais por aulas remotas.

Se por um lado a pandemia da Covid-19 trouxe muitos prejuízos econômicos, sociais e psicológicos aos estudantes e seus familiares, em virtude da crise econômica que se instalou no Brasil, ressaltamos que para alguns setores ela tem sido uma oportunidade de “crescimento”, principalmente para empresas que atuam no ramo da educação.

O Art. 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – nº 9394/1996), que determina: “O ensino será livre à iniciativa privada”, possibilita a criação de empresas educacionais de sociedade anônima de capital aberto na Bolsa de Valores, como também preconizado no Art. 20 da LDB. E, assim, “as IES privado-mercantis começaram a encarar a Educação como mercado de exploração, em que os atores principais passaram a ser os donos ou acionistas, e os coadjuvantes, os alunos.” (LIMA *et al*, 2019, p. 5).

Isolamento que dá lucro

Por trás da paralisia de parte da economia, há negócios e empresas que aceleram suas vendas e resultados. E as mudanças nos hábitos de consumo impostas pelo distanciamento social criam oportunidades para inovar e crescer.

[...] Um levantamento realizado pela Catho Educação mostra que houve, entre 21 de março e 6 de abril, um aumento de 68% em matrículas para cursos de ensino a distância (EAD) ou semipresenciais. Ainda de acordo com o levantamento, as primeiras semanas de isolamento já apontaram crescimento. Entre a semana de 3 e 20 de março, a plataforma já havia registrado acréscimo 44% na procura por cursos a distância. Entre as disciplinas mais buscadas estão Administração, Gestão de RH, Biomedicina, Ciências Contábeis e Logística. “Além do baixo custo, em comparação aos modelos tradicionais de ensino, os cursos EAD têm sua metodologia de enfoque maior na prática profissional, ideal para uma aprendizagem à distância”, garante Fernando Gaiofatto, diretor da Catho Educação. “No atual cenário, o ensino pode ser encarado também como oportunidade, não só de qualificação, mas também de adaptação às circunstâncias”, afirma. O mesmo levantamento constata que, assim como os trabalhadores, o mercado de trabalho está mais aberto em relação a candidatos com cursos a distância: 79% dos recrutadores participantes da pesquisa disseram que formação EAD ou presencial deixaram de ser critério determinante de avaliação para recrutar profissionais. (CARVALHO; VIEIRA; CILO, 2020, s/pág.).

A reportagem evidencia uma característica marcante da política educacional brasileira: o fomento de legislação que promove a expansão e privatização do ensino superior através da modalidade a distância. Nas últimas décadas, a EAD tem assumido um papel significativo nas políticas públicas destinadas à educação superior, sobretudo quando se considera a expansão do ensino superior, pois consegue atingir uma parcela significativa da população, alcançando os rincões do Brasil. Na verdade, porém, a EAD é utilizada por moradores dos grandes centros urbanos, indo por terra a falácia do discurso democratizante.

Dessa forma, compreendemos que a expansão das matrículas da educação superior no Brasil vem sendo promovida em cursos na modalidade a distância que são ofertados em boa parte às classes populares.

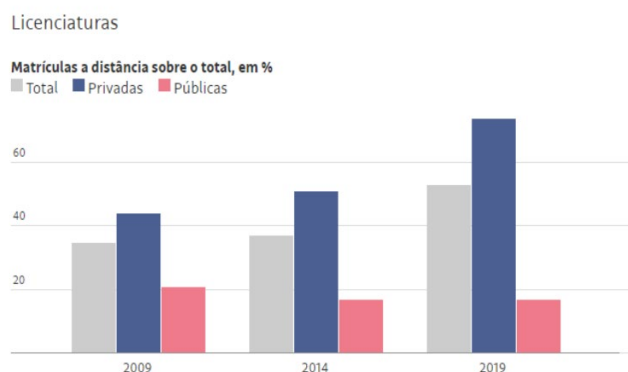
Para o ensino superior no setor privado, o Banco Mundial defendeu a sua expansão, em virtude do que considerou como eficientes e como flexíveis as suas reações diante das transformações nas demandas de mercado, além de expandir “democraticamente” o acesso a esse nível de ensino com baixos ou nenhum custo para o Estado, contudo, como colocado, reconheceu a quase sempre baixa qualidade nas IES desse setor. (COSTA, 2016, p. 158).

Além disso, chamamos a atenção para as controvérsias que envolvem o uso da EAD na formação docente, principalmente quando se pondera sobre os aspectos qualitativos dos cursos de formação de professores. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL, 2019), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número

de alunos matriculados em licenciaturas a distância (50,2%) supera o número de alunos matriculados nas licenciaturas presenciais (49,8%).

Mais da metade dos alunos de licenciaturas do país estão em cursos a distância. No setor privado, a participação da modalidade chega a 74%; Censo da Educação Superior 2019 ainda mostra a primeira baixa no total de concluintes desde 2013.

Gráfico 1: Matrículas da modalidade EaD 2009-2019



Fonte: Censo da Educação Superior 2019, Inep/MEC.

[...]Universidades, faculdades e centros universitários particulares concentram 1 milhão de alunos em licenciaturas, sendo 793 mil (74%) em vagas não presenciais – até 2013, isso não passava da metade. (SALDAÑA, 2020, s/pág.).

Essa diversificação institucional da/na formação dos indivíduos segue as recomendações de organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial (1995) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – este último compreende a necessidade do “ensino superior” de modo ainda mais pragmático, buscando atender exclusivamente as demandas formativas do mercado de trabalho, excluindo, assim, uma formação humana ampliada e global, ou seja, deseja uma formação meramente utilitarista.

Assim, o crescimento exponencial da EAD no Brasil, nos últimos anos, tem contribuído para fortalecer as estatísticas oficiais que apontam para a expansão e a “democratização” do ensino superior, independentemente da qualidade da formação ofertada, ou seja, “incentivam a modalidade de EAD, aumentando a cobertura de matrículas no ensino superior, [...] contribuindo para fazer a transição de um sistema de elite para um sistema de educação de massa” (CASTRO; ARAÚJO, 2018, p. 196).

Dessa forma, em especial a partir de 2000, temos presenciado o fenômeno de compra e venda de IES privadas na Bolsa de Valores. Essa ocorrência vem desencadeando um processo de padronização do ensino superior privado, por meio da inserção de fundos de investimento privado (*private equity*), os quais se compõem por empresas de capital nacional e estrangeiro que investem no mercado da educação superior privada. Entretanto, tal processo exacerba-se em 2007, quando grupos como: Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Estácio de Sá, Sociedade Educacional Brasileira (SEB) e Colégio Oswaldo Cruz passam a operacionalizar seus ativos na Bolsa de Valores e, com isso, passam a ser “capitaneados por fundos de investimentos, que vieram a ter controle de suas administrações, criando grandes firmas educacionais rentistas e oligopolistas.” (LIMA *et al*, 2019, p. 7).

Nesse sentido, a mercantilização passa a se materializar por meio da expansão na oferta de cursos presenciais e a distância, na produção e elaboração de materiais voltados para formação e consultorias educacionais (OLIVEIRA, 2009), ao mesmo tempo em que verificamos iniciativas que encetam o caminho da financeirização e da oligopolização como, por exemplo, a abertura de capital na Bolsa de Valores.

Entretanto, com o avanço da pandemia de Covid-19, esperava-se que houvesse uma retração ou diminuição da expansão de financeirização da educação superior privada no Brasil. No entanto, presenciemos o contrário: algumas problemáticas se intensificaram no uso das aulas remotas, que já se faziam presentes na modalidade presencial do ensino superior, como a intensificação/precarização do trabalho docente mediado pelas tecnologias da informação. Cabe ressaltar que a adoção de novas tecnologias no trabalho docente apresenta alguns riscos trabalhistas, como: aumento da sobrecarga de trabalho dos professores, novas exigências em virtude das novas tecnologias e empobrecimento da prática pedagógica docente (MILL; SANTIAGO; VIANNA, 2008). Atrelado a isso, temos a ausência de uma legislação trabalhista para EAD, bem como a necessidade de uma fiscalização mais rígida por parte do Ministério da Educação que coíba os abusos das IES privadas, tal qual aconteceu durante a pandemia de 2020.

“É cruel”: professores encaram aulas virtuais com 300 alunos e demissões por “pop-up” na tela

Em meio à pandemia, milhares de docentes foram demitidos de universidades privadas em São Paulo e relataram precarização e depressão.

[...] Superlotação on-line

Enzo, professor da FMU, afirma: “É muito mais barato para a faculdade pagar um professor por três horas, meu caso, para falar com 200 alunos online do que pagar mais professores para ficar cada um com várias turmas de 50 alunos”.

Numa troca de mensagens entre professores da FMU, eles comentam a situação: “À noite juntaram na minha aula 310 alunos. Com 170 presentes na última sexta. Vamos ver nesta sexta com os calouros”. Em resposta, outro professor diz: “Poxa vida, e quem vai corrigir 310 provas e trabalhos?”. “Vai ser tudo múltipla escolha. Acha que vou corrigir? Já vai dar trabalho para lançar...”, resigna-se o docente. (DOMENICI, 2020a, s/pág.).

É importante frisar que o trabalho docente, em especial da EAD, deve ser analisado dentro da atual lógica do capitalismo contemporâneo, que promove a desregulamentação da legislação trabalhista, uma vez que tem “o propósito de desvalorizar e superexplorar a força de trabalho com vistas a assegurar a continuidade da reprodução do capital, bem como de permitir a adaptação do trabalho à ideologia da sociedade flexível.” (SOUSA, 2019, s/p.). Nesse sentido, a autora reforça que as novas configurações advindas dos anos 1990, que desencadearam a mercantilização do ensino superior, atreladas aos preceitos gerencialistas, têm trazido prejuízos à classe docente, uma vez que “promovem a instabilidade de emprego e jornada, baixa remuneração, salas superlotadas, aumento do controle sobre os processos de trabalho e perda da autonomia.” (SOUSA, 2019, s/pág.).

Nesse sentido, não nos surpreendemos quando lemos a seguinte manchete:

Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam

Docentes da rede educacional que controla universidades como FMU e Anhembi Morumbi denunciam uso de inteligência artificial para correção de textos; documento obtido pela Pública confirma situação.

Se você faz disciplinas de educação a distância (EAD) em alguma das instituições ligadas à rede educacional Laureate, um aviso: a avaliação das suas atividades dissertativas (textos) na plataforma digital – conhecida como *blackboard* – não é mais feita só por professores, e sim por um *software* de inteligência artificial, o LTI.

[...] Silvana, professora, explica: “Os alunos não sabem, e assim somos orientados: não podemos informá-los, e devemos responder a todas as demandas como se fôssemos nós, professores, os corretores.” (DOMENICI, 2020b, s/pág.).

Outra problemática relevante é que as empresas educacionais têm redefinido o papel da divisão do trabalho docente na educação a distância, pois nessa modalidade passamos a encontrar os seguintes profissionais: professores, tutores presenciais, tutores on-line, professores conteudistas (responsáveis por elaborar conteúdos e ementas). Ou seja, a criação dessas novas nomenclaturas altera conseqüentemente as atribuições legais dos docentes, impactando na sua autonomia e sua remuneração. Bechi (2019, p. 130) chama atenção para o fato de que “os docentes têm convivido com jornadas de trabalho extenuantes, além da insegurança dos contratos temporários, da alternância de contratações e dispensa, da redução da autonomia [...]”.

As aquisições e fusões na pandemia

A pandemia da Covid-19 trouxe alguns impactos significativos às instituições de educação superior. No processo de ensino e aprendizagem, porém, ela se caracterizou também como uma oportunidade para aprofundar e mercantilizar ainda mais a educação superior privada, uma vez que: “no ensino superior, a pandemia acelerou a implementação da EAD até em cursos presenciais, precarizando o trabalho docente para reduzir custos para instituições privadas.” (BARRETO, 2020, s/pág.).

O Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL, 2019) apresentou dados reveladores do processo de mercantilização da educação brasileira, revelando a concentração de matrículas na IES privadas – 6.373.274 milhões de matrículas (75,4%) –, enquanto a rede pública participou com 2.077.481 milhões (24,6%).

Em relação à educação a distância, quando se analisou o período entre 2008-2018, o censo revelou o seguinte: “as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9% nesse mesmo período.” (BRASIL, 2019, p. 22). Na prática, isso significa que hoje temos mais alunos matriculados em licenciaturas nos cursos a distância (50,2%), do que nos cursos presenciais (49,8%).

Com a incerteza sobre o fim da pandemia, o ensino a distância se tornou alternativa para muitos brasileiros que buscam uma graduação ou especialização. A procura por cursos de EAD cresceu no país desde março. Por outro lado, a inadimplência e evasão também aumentaram – tanto nos presenciais quanto na modalidade de ensino remoto. [...]

Novos Cursos

A Universidade Positivo, que agora pertence ao grupo Cruzeiro do Sul, apostou no modelo e lançou cerca de novos cursos de graduação em sua plataforma institucional. Um levantamento realizado pela instituição registrou aumento de matrículas para cursos EAD ou semipresenciais, entre março e maio, em relação ao ano passado.

Administração, Pedagogia e Ciências contábeis foram os mais procurados, segundo a instituição. A Positivo abriu novas vagas na modalidade EAD. (BILCHES, 2020, s/pág.).

Desdobrando as análises das matrículas dos cursos de licenciaturas, constatamos que 62,4% estão nas IES privadas, enquanto a rede pública registra 37,6% (BRASIL, 2018). Os dados são bastante reveladores e evidenciam que a “formação” do professor hoje no Brasil está nas mãos das IES privadas e particulares, sobretudo na modalidade EAD.

Analisando os dados de 2016 (BRASIL, 2017) constatamos que 160.401 estudantes foram certificados por IES privadas (aproximadamente 67%) e 78.518 (aproximadamente 33% do total) foram certificados por IES públicas. Nesse sentido, concordando com Seki, Souza e Evangelista (2017, p. 456): “o que tais dados não mostram por si mesmos são as ameaças decorrentes da progressiva submissão do magistério às novas formas de oferta sob o comando do capital [...] compreendido como a privatização da formação docente.”. Esse redirecionamento da formação docente evidenciado pelos autores conflui com a materialização de um ensino utilitarista. Somado a esse processo, temos uma forte redução da força de trabalho nas IES privadas, aprofundada no período da “oportunidade”, chamada de pandemia. O lucro acima de tudo e o privatismo acima de todos ganhou força e o mercado educacional segue ‘feliz’ na esteira do processo de financeirização do ensino superior.

Considerações finais

Os efeitos da pandemia de Covid-19 ainda serão sentidos por muitas décadas, seja no âmbito social, político ou econômico. Ao deslocarmos a questão para o campo educacional, constatamos que a pandemia aumentou o fosso de oportunidades entre ricos e pobres, em especial num país de capitalismo dependente como o Brasil. Por outro lado, apesar dos seus efeitos nefastos, a pandemia tem sido uma “oportunidade” para os inovadores empreendedores que enriqueceram ainda mais, pois dominam o uso de novas tecnologias. Ao contrário do que os pesquisadores apontavam, o período da pandemia tem sido de grande crescimento para as IES, que vêm acumulando ainda mais territórios; vimos também o avanço da EAD em virtude da pandemia, porém esta expansão é consequência do processo privatista do ensino superior brasileiro.

Ao contrário do que pode parecer, esse processo de alargamento do ensino privado não é algo recente. A concentração privada da educação superior vem predominando em número de matrículas e instituições desde a ditadura civil-militar, expressando ao longo das décadas uma hegemonia política de modo a influenciar os poderes executivo e judiciário nos marcos regulatórios e nas políticas públicas voltadas para a educação superior.

Entretanto, conforme mencionado, desde os anos 2000 observamos um aprofundamento dos processos de mercantilização/financeirização e empresariamento no conjunto da educação pública, atingindo novos patamares. Ou seja, “mais que sua transformação em mercadoria, o que estamos observando, no caso do ensino superior, é um intenso processo de concentração” (OLIVEIRA, 2009, p. 754), bem como sua oligopolização.

Referências

- AGUIAR, L. C. Um legado do século xx para a política educacional do século XXI: a teoria do capital humano. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 126-144, dez.2010.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: la lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, Estados Unidos, 1995. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- BARRETO, M. N. Setor educacional mercantil usou a pandemia para acelerar Ead. **Extra Classe**, 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/09/setor-educacional-mercantil-usou-pandemia-para-acelerar-ead/> Acesso em: 21 fev.2021
- BECHI, D. **A subjetivação capitalística como mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.
- BILCHES, W. Ensino superior: EAD ganha impulso na pandemia, mas inadimplência também aumenta. **Gazeta do Povo**, 1º de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ensino-superior-ead-ganha-impulso-na-pandemia-mas-inadimplencia-tambem-aumenta/#:~:text=Ensino%20superior%20EAD%20ganha%20impulso%20na%20pandemia%2C%20mas%20inadimpl%C3%Aancia%20tamb%C3%A9m%20aumenta&text=Com%20a%20incerteza%20sobre%20o,cresceu%20no%20pa%C3%ADs%20desde%20mar%C3%A7o>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- BRASIL. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> acesso em: 07 abr. 2021.
- BRASIL **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.057%2C%20DE%202025,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. acesso em: 07 de abr.2021.
- CARVALHO, N.; VIEIRA, S.; CILO, H. Isolamento que dá lucro. **Isto é Dinheiro**, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/isolamento-que-da-lucro>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- CASTRO, A. M. A.; ARAÚJO, N. V. C. G. Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. **RBP AE**, v. 34, n. 1, p. 189-209, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/80574/48884>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- CECIERJ. **Curso de Extensão Ensino Remoto Por onde começar**. 2020.

- COLETIVO DE ESTUDOS EM MARXISMO E EDUCAÇÃO (COLEMARX). **Universidades públicas e aulas remotas**: nenhum estudante pode ser excluído. [s.:l.], 2020. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/07/COLEMARX-Universidades-p%C3%BAblicas-e-aulas-remotas-nenhum-estudante-pode-ser-exclu%C3%ADdo-1.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- COSTA, F. L. O. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. 367f.
- COSTA, F. M. As particularidades do Ensino Superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018, p. 29-45. Disponível:<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19734> acesso em: 07 abr.2021.
- DOMENICI, T. “É cruel”: professores relatam aulas on-line com 300 alunos a demissões por pop-up. **Agência Pública**, 22 set. 2020a. Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/e-cruel-professores-relatam-de-aulas-on-line-com-300-alunos-a-demissoes-por-pop-up/>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- DOMENICI, T. Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam. **Agência Pública**, 30 abr. 2020b. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>. Acesso em: 3 jan. 2021.
- EVANGELISTA, O. *et al.* **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Florianópolis: Mercado de Letras, 2019.
- FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.
- FERNANDES, F.. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Global, 1975b
- FONTES, V.. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 4 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- HARVEY, D. **Para entender O capital**; [tradução de Rubens Enderle] - São Paulo: Boitempo, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2019**. Matrículas da modalidade EaD 2009-2019. Brasília, DF: Inep (Mec). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2016**: principais resultados. Brasília, DF, 2017.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luzia M. de Carvalho e Silva- Londrina: Editora Planta, 2004.
- LEHER, R. Educação pública como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública. **Revista Outro Brasil**, Vol. 1, p. 1 – 13, 2005.
- LIMA, J. P. C. *et al.* Financerização e oligopolização no ensino superior privado-mercantil brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmbito da educação. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/82457/52324>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- LIMA, K. **Capitalismo dependente e “Reforma Consentida”**: A contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IJxXujUheYQJ:www.anped11.uerj.br/28/GT11-446-Int.rtf+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br> acesso em: 07 abr.2021.

- LIMA, K. Brasil em tempos de contrarrevolução. **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE** (BRASÍLIA), v. 59, p. 92-103, 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-2086732538.pdf>.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle] - São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILL, D.; SANTIAGO, C.; VIANA, I. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e suas implicações trabalhistas. **Revista Extra-Classe**, n. 1, v. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.sinprominas.org.br/imagensDin/arquivos/341.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- MOTTA, V. C. da. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- MOURA, A. C.; CRUZ, A. G. Ensino superior e produtivismo acadêmico em tempos de pandemia. **Revista Insterinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, p. 222-244, jun./out. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riac/article/view/51813/35692>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-60, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021
- OPAS. **Folha informativa COVID-19** – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> acesso em: 21 fev.2021.
- SALDAÑA, P. Mais da Metade dos alunos de licenciaturas do país estão em cursos a distância. **Folha de S. Paulo**, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/mais-da-metade-dos-alunos-de-licenciaturas-do-pais-estao-em-cursos-a-distancia.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- SESSENTA por cento dos estados monitoram acesso remoto: resultados mostram ‘apagão’ do ensino público na pandemia. *In: Portal G1*, 6 jul. 2020. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/06/60percent-dos-estados-monitoram-acesso-ao-ensino-remoto-resultados-mostram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- SEKI, A.K.; SOUZA, A.; EVANGELISTA, O. A formação docente superior: hegemonia do capital no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/812/pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- SOUSA, A. H. Mercantilização e automação do ensino superior privado: o caso da educação a distância. **FEPESP**, 22 nov. 2019. Disponível em: <http://fepesp.org.br/artigo/7078/>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- UNESCO diz que 80% dos estudantes do mundo estão sem aula devido à Covid-19. *In: UOL*. São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/03/24/unesco-diz-que-80-dos-estudantes-do-mundo-estao-sem-aula-devido-a-covid-19.htm>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Deliberação nº 40 de 09 de junho de 2020**. Aprovar as normas para ensino remoto emergencial, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UFRRJ, com vigência durante o período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19.

Notas

¹ Doutora em Educação pelo PPGE/UFRJ. Pesquisadora associada ao Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo (COLEMARX/UFRJ), coordenado pelo Professor Dr. Roberto Leher e pela Professora Dra. Vania Cardoso da Motta: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2528469014264498. Pesquisadora associada ao grupo de Pesquisa: Estado, Políticas e Espaço Público da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), coordenado pela Professora Dra. Marcela Alejandra Pronko:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4715273896236812. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0950951467818362>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5809-5597>. E-mail: luciane.estrela@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, vinculada ao Departamento de Educação e Sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação (ESPE): dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0702933957199644. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8273639620037723>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3953-9199>. E-mail: andreiagomes25@yahoo.com.br.

Recebido em: 23 de fevereiro de 2021

Aprovado em: 19 de abril de 2021